

PROJECT DOCUMENTSão Tomé e Príncipe – Ilha do Príncipe

Project Title: ACELERANDO OS ODS NA REGIÃO AUTONOMA DE PRINCIPE: O PODER DA COORDENAÇÃO DO SNU

Project Number: 00114921

Implementing Partner: UNDP

Start Date: Junho 19

End Date: Dez/2019

PAC Meeting date: 23/05/2019

Brief Description

Briefly describe the overall development challenge and the expected results of the project.

O desenvolvimento sustentável da Ilha do Príncipe somente será possível por meio de um esforço conjunto que englobe todos os atores relevantes, incluindo agências das Nações Unidas e parceiros locais, nacionais e internacionais para, de maneira coordenada, criar, implementar, monitorar e avaliar atividades para melhorar as condições de vida da Região Autônoma do Príncipe de forma sustentável, respeitando os princípios globais de sustentabilidade e cumprimento dos direitos humanos, sem deixar ninguém para trás. O ponto de partida para este processo é o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Autônoma do Príncipe – **PRINCIPE2030**.

Com base nessas premissas, o presente projeto visa fortalecer a capacidade de planificação, gestão e implementação do Governo Regional do Príncipe, bem como a sua capacidade de mobilização de recursos para implementação dos planos de desenvolvimento, promovendo princípios como a participação e a gestão responsável (accountability).

Os seguintes são os resultados esperados (REs):

RE 1: O Plano de Desenvolvimento para a Região Autônoma do Príncipe – PRINCIPE2030, alinhado com a a Estratégia Nacional de Desenvolvimento, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e outras agendas globais relevantes para o contexto (SAMOA, Sendai, Agenda Africana para 2063, Nova Agenda Urbana) é aprovado pela Assembleia Regional, incluindo a estratégia de mobilização de recursos.

RE 2: O Programa Conjunto das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável da Ilha do Príncipe – “**Nações Unidas no Príncipe**”, alinhado com o Plano PRINCIPE2030, é definido e adotado pelas agências, incluindo uma estratégia de implementação, cronograma, plano de seguimento e avaliação, em conformidade com o UNDAF 2017-2021 e os ODS.

RE 3: Atividades de impacto imediato (*quick wins*) relacionadas com o Programa Conjunto e são implementadas.

Contributing Outcome (UNDAF/CPD, RPD or GPD):

UNDAF outcomes 1,2,3

Indicative Output(s) with gender marker²:

1.-Plano de Desenvolvimento para a Região Autônoma do Príncipe, alinhado com a Agenda 2030/Objetivos de Desenvolvimento – GEN2

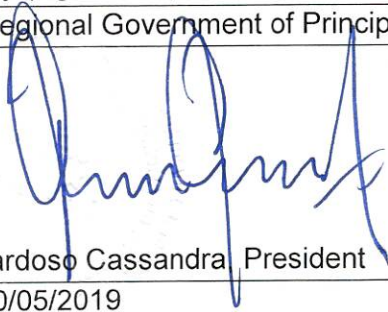
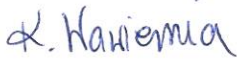


2.-Programa Conjunto do SNU em conformidade com o Plano de Desenvolvimento do Príncipe finalizado -GEN2

3.- Atividades de impacto imediato (*quick wins*) para lançar o Programa Conjunto da ONU para o Príncipe são implementadas – GEN2

fw

Total resources allocated:	300.000	USD
	UNDP TRAC (2):	300.000
	Donor:	0
	Government:	0
	In-Kind:	0
Unfunded:		0

Agreed by (signatures)¹:

Regional Government of Principe	UNDP CO São Tomé e Príncipe
	
José Cardoso Cassandra, President Date: 30/05/2019	 Katarzyna Wawiernia, Resident Representative Date: 30/05/2019 

¹

Note: Adjust signatures as needed

² The Gender Marker measures how much a project invests in gender equality and women's empowerment. Select one for each output: GEN3 (Gender equality as a principle objective); GEN2 (Gender equality as a significant objective); GEN1 (Limited contribution to gender equality); GEN0 (No contribution to gender quality)

I. DEVELOPMENT CHALLENGE (1/4 PAGE – 2 PAGES RECOMMENDED)

Describe the development challenge that the project seeks to address and how it is relevant to national/regional/global development priorities, as relevant. Include evidence to support the analysis, such as data demonstrating the magnitude of the problem and how it affects different population groups (esp. women and men, and minority and other excluded groups) and why it is important for poverty reduction and addressing inequality and exclusion. Identify the immediate, underlying and root causes of the challenge (including capacity limitations) which have been identified in the problem tree analysis feeding into the Theory of Change. Please be specific.

A Ilha do Príncipe é uma das ilhas principais de São Tomé e Príncipe (STP), e cobre uma área de 136 km². É uma das três ilhas vulcânicas do Golfo da Guiné, e foi reconhecida como reserva internacional da biosfera pela UNESCO em 2012. De acordo com estimativas do INE para 2018, a população total da Região Autónoma do Príncipe (RAP) é de aproximadamente 8.400 pessoas. A população está distribuída em pouco mais de 2.500 alojamentos, sendo que em torno de 36% habitam em Santo António, principal aglomerado urbano da Ilha.

Dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) indicam que STP tem um índice de desenvolvimento humano (IDH) de 0,583 – o que coloca o país na posição 143 de um total de 189 países. Nota-se que este índice é de 0,617 para homens e de 0,550 para mulheres. Estes dados configuram um cenário de grandes debilidades em uma variedade de questões sociais, económicas e ambientais, que incluem não só os elementos do IDH (como níveis de educação, rendimento e expectativa de vida e associados), e que afetam particularmente as mulheres.

No caso particular da Região Autónoma de Príncipe, Reserva Mundial da Biosfera desde 2012, os indicadores socioeconómicos têm melhorado substancialmente na última década, colocando a Região a cabeça do processo rumo a um desenvolvimento sustentável. Recetora de investimento direto estrangeiro relevante e regular durante os últimos 8 anos, através do investidor sul-africano Mark Shuttleworth (grupo HBD – Here Be Dragons) e do grupo Holandês Africa's Eden do Rombout Swamborn, e beneficiária de estabilidade política durante mais de uma década, a Região é gerida através de uma visão estratégica muito direcionada para garantir crescimento económico associado à sustentabilidade dos recursos para as gerações futuras.

As desigualdades e a exclusão social e económica dos grupos aos desfavorecidos persistem na Região. Por um lado, o frágil tecido económico regional coadjuvado por uma debilidade estrutural nas capacidades de gestão do desenvolvimento dificulta a criação de processos endógenos que levem a patamares superiores de desenvolvimento regional inclusivo. Por outro, a debilidade nacional em termos económicos e sociais torna cada vez mais complicada a transferência de recursos nacionais para a Região, tal como a Lei estipula. Por isso, o recurso a capitais externos que possam iniciar e potenciar o desenvolvimento regional se verifica como a única solução que atualmente poderá permitir à Região Autónoma de Príncipe prosseguir na sua senda de progresso.

Para atrair investidores e parceiros para o desenvolvimento, a Região precisa de desenvolver uma visão estratégica para a próxima década. Dois planos de desenvolvimento foram escritos para a Região e orientaram as suas ações nos últimos 20 anos. Atualmente, o último plano de 20xx carece de atualização pois já não corresponde à visão estratégica para a próxima década, e sobretudo, não está alinhado às agendas globais para a década 2020-2030. Considerando que a existência de uma orientação estratégica formal é fundamental para dar continuidade ao processo de desenvolvimento em curso, o desafio é atualizar as opções estratégicas em conformidade com a evolução dos últimos cinco anos e alinhar o processo de desenvolvimento regional às tendências e paradigmas globais de desenvolvimento, com particular atenção aos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável-ODS da Agenda 2030 e outras agendas globais relevantes ao contexto tais como o SAMOA Pathway, a Estratégia de Sendai, a Agenda Africana para 2063 e a Nova Agenda Urbana.

O ponto de partida para este processo é a elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Autónoma do Príncipe – PRINCIPE2030. Este plano deverá ser congregador, inclusivo a todas as camadas sociais, aos homens e as mulheres, e demonstrador dum propósito firme de acabar com a pobreza e as desigualdades na região. O plano e os seus mecanismos de implementação ainda poderão constituir-se num exemplo a replicar no contexto nacional.

O Sistema das Nações Unidas (SNU) é parceiro fundamental do Governo de STP e tem a missão de assistir o país e, neste caso, especificamente a Região Autónoma de Príncipe, em promover uma melhoria da qualidade de vida e um crescimento sustentável, inclusivo e resiliente.

Com base no Plano **PRINCIPE2030**, o SNU definirá um Programa Conjunto de ações que promovam o desenvolvimento sustentável da Ilha do Príncipe. Este programa conjunto, denominado **“As Nações Unidas no Príncipe”** agrupará as diferentes agências, residentes e não residentes, em torno a um esforço conjunto que, em função das capacidades técnicas e financeiras de cada uma das agências, permitirá dar início à implementação do **PRINCIPE2030**. O programa **“As Nações Unidas no Príncipe”** será um elemento catalisador de novos parceiros, pois através de uma adequada estratégia de comunicação para a mobilização de recursos conseguirá atrair atores relevantes e capitais que alavanquem os recursos postos a disposição pelo SNU, respeitando os princípios globais de sustentabilidade e cumprimento dos direitos humanos, sem deixar ninguém para trás.

Em definitiva, este projeto pretende ajudar à Região Autónoma de Príncipe a i) definir a visão estratégica para a próxima década de forma participativa e consensual; ii) definir o apoio proveniente do SNU; iii) implementar atividades de impacto rápido e abrangente que sirvam como showcase das capacidades regionais de implementação e catalisem o interesse de outros parceiros.

II. STRATEGY (1/2 PAGE - 3 PAGES RECOMMENDED)

Explain the detailed theory of change (ToC) for this project and what UNDP with partners will do to address the development challenge described above. Identify the approach that has been selected, with a clear rationale backed by credible evidence, integrating gender concerns into the approach. Identify what knowledge, good practices and lessons learned (including from evaluation) have informed the analysis of available choices and the selected strategy.

Detail the project's selected approach and explain how it is expected to lead to change at the output level. Clearly link the project's ToC to the programme/CPD's ToC by stating how the project will contribute to the UNDAF/CPD outcome. State key assumptions about what will change, for whom, and how this will happen. Assumptions should include consideration of internal factors (relating to project design and implementation) and external factors (relating to other partners, stakeholders and context) that will be critical for achieving expected changes. Cite best available evidence which supports these key assumptions in the ToC, including findings from evaluation and other credible research, as well as knowledge, good practices and lessons learned from previous work by UNDP and others, in this country and in other relevant contexts.

It is good practice to include a theory of change diagram in the annex showing the linkages between the development challenge and the immediate, underlying and root causes.

Este projeto ambiciona principalmente reforçar as capacidades de planificação e gestão do processo de desenvolvimento na Região Autónoma de Príncipe. Com uma capacidade acrescida para a gestão do desenvolvimento a todos os níveis da Administração Pública Regional e com um plano de desenvolvimento coerente inclusivo e integrador, a Região estará plenamente preparada

para maximizar os recursos o seu dispor e alavancar outros recursos de parceiros não tradicionais. O projeto inclui três resultados (R), complementares, alinhados e interligados entre si, nomeadamente R1) a finalização, aprovação e adoção do Plano de Desenvolvimento da Região Autónoma de Príncipe - PRÍNCIPE2030; R2) a definição do Programa Conjunto das Nações Unidas denominado "Nações Unidas no Príncipe"; e R3) a implementação de duas iniciativas de rápida execução e grande impacto para a população na Ilha de Príncipe.

No Resultado 1, o presente projeto visa fornecer à Região Autónoma de Príncipe com um documento de estratégia atualizado e alinhado com os ODS, a Agenda 2063 e outras agendas globais pertinentes como Samoa e Sendai, denominado PRÍNCIPE2030. Este Plano orientará a planificação do processo de crescimento e desenvolvimento regional e permitirá ao Governo Regional uma mobilização de recursos organizada e coerente aglutinando atores públicos e privados. Em torno a uma estratégia claramente definida, a participação dos diversos atores e doadores relevantes na Região Autónoma do Príncipe e a sua coordenação, sob liderança do Governo Regional, será fortalecida. O PRÍNCIPE2030 incorporará as lições aprendidas dos dois planos anteriores, o Plano Diretor 2008-2009 também financiado pelo PNUD e o Plano de Desenvolvimento Sustentável elaborado em pela Fundação Essentia, em parceria com o grupo investidor HBD em 2012. O processo de elaboração do PRÍNCIPE2030 deu início no mês de Novembro 2018 com a realização de um workshop muito participativo que congregou as agências da ONU, o governo regional e representantes dos grupos mais significativos da população de Príncipe, tais como jovens, mulheres rurais, mulheres urbanas, agricultores e criadores, investidores, comerciantes formais e informais, prestadores de outros serviços, igrejas, comunicação social, etc. o carácter inclusivo do processo de planificação é uma garantia de que estes grupos sociais são beneficiados pelo plano PRÍNCIPE 2030.

O resultado deste workshop participativo incorpora as perceções e os anseios das forças vivas da região. A informação foi sistematizada pela UN Habitat, líder e organizadora do evento com o apoio da Coordenação do SNU em STP, num draft do PRÍNCIPE2030 para validação. A etapa que agora será levada a cabo com o apoio do presente projeto, é a partilha do conteúdo deste draft com os participantes do evento de Novembro, para a sua validação. Além disso, o documento final deverá estar claramente alinhado com os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável e outras agendas globais relevantes ao contexto tais como o SAMOA Pathway, a Estratégia de Sendai, a Agenda Africana para 2063 e a Nova Agenda Urbana.

Pretende-se iniciar o processo de validação e finalização do documento de forma imediata de modo a que o PRÍNCIPE2030 seja aprovado pela Assembleia Distrital em 2019. O PRÍNCIPE2030 incluirá um cronograma, um plano de investimentos e será reforçado com uma estratégia de mobilização de recursos e uma estratégia de comunicação que permitam às autoridades regionais uma implementação coordenada.

Tendo como pano de fundo o PRÍNCIPE2030, e considerando o compromisso adotado pelas agências das Nações Unidas no UNDAF 2017-2021, o projeto propõe-se através do **Resultado 2**, definir um Programa Conjunto das Agências da ONU em São Tomé e Príncipe, que seja adotado como compromisso da ONU com o desenvolvimento da região a meio prazo. Este Programa Conjunto, denominado "Nações Unidas no Príncipe" casará as expertises de cada agência com as prioridades estabelecidas pelo PRÍNCIPE2030. Ele incluirá um cronograma de execução, um plano de investimentos e um plano de seguimento e avaliação.

O PNUD, mandatado pelo Secretário Geral das Nações Unidas como agência integradora das diferentes Agências para o alcance dos ODS implementará este projeto. Em São Tomé e Príncipe, sob a liderança da Coordenadora Residente Sistema, a definição, adoção e implementação do programa "Nações Unidas no Príncipe" permitirá uma planificação organizada e coordenada das atividades do SNU na ilha, que contribuirá a rentabilizar a parceria com o Governo da Região Autónoma do Príncipe em favor do crescimento equilibrado e inclusivo. Pretende-se também que

este programa sirva de plataforma para fortalecer a colaboração e coordenação do SNU com outros doadores, com a sociedade civil e o sector privado, que contribuirá à mobilização de recursos para a consecução da Agenda 2030 na Ilha do Príncipe. O sucesso na implementação do programa conjunto “Nações Unidas no Príncipe” servirá como exemplo demonstrativo do poder da coordenação de atores para catalisar os ODS, num universo de dimensão reduzida como é o Príncipe.

Finalmente, no **Resultado 3**, o projeto promoverá a implementação, sob a liderança do Governo Regional, de duas atividades prioritárias, de rápida execução e de impacto elevado para a população da região. Foram estabelecidos, em sintonia com o Governo Regional, critérios que permitiram selecionar atividades de grande impacto e de máxima prioridade, com especial atenção outorgada a ações que beneficiem às mulheres e jovens de forma direta, e contribuam ao equilíbrio social e de gênero da Região. Inicialmente, na altura da conceição do projeto, se tinham identificado como possíveis atividades de baixo impacto a construção de infraestruturas sociais no Assentamento Sustentável de Terra Prometida, sob a implementação da UN Habitat, que beneficia a 7% da população da região. Porém, numa fase posterior foram tidos em consideração novos critérios sugeridos pelo Governo Regional que levaram a seleção de outras atividades com impacto inclusivo a toda a população da Ilha. As duas atividades selecionadas são i) a implementação de um sistema de gestão de resíduos baseada na separação domiciliar de frações de resíduos que podem ser recicladas ou reutilizadas localmente e ii) a capacitação para a gestão do desenvolvimento sustentável de quadros técnicos de vários níveis da administração pública regional.

A execução imediata e expedita destas duas atividades selecionadas será o ponto de partida para a implementação do programa conjunto “Nações Unidas no Príncipe”.

Esta intervenção permitirá ao Sistema das Nações Unidas em STP avançar na implementação do UNDAF-STP 2017-2021 nomeadamente através do EFEITO 1 : As disparidades e as desigualdades são reduzidas a todos os níveis através da plena participação dos grupos vulneráveis e chaves e do desenvolvimento e utilização por esses grupos dos serviços de proteção social e dos serviços sociais de base, do EFEITO 2- A administração central, local e pública e as instituições de controle são mais eficazes, com uma participação cidadã garantida, em particular entre os jovens e as mulheres e do EFEITO 3: O Emprego e a Competitividade são assegurados através da diversificação económica, do desenvolvimento da resiliência às mudanças climáticas, para a melhoria da qualidade de vida das populações pobres e vulneráveis nos meios rurais e urbanos, bem como o acesso ao financiamento e o mercado para jovens e mulheres. O projeto concorre ao CPD PNUD STP através do Resultado 2.1: As capacidades das instituições nacionais a nível central, regional e local são reforçadas em termos de controlo, transparência e responsabilização mútua; do Resultado 2.3: As instituições públicas e privadas são capazes de coletar, compilar e analisar dados relevantes para a integração dos ODS nos planos, políticas e estratégias nacionais e para a coordenação de ajuda para uma melhor implementação da Agenda de Transformação de 2030; do Resultado 3.3: Instituições públicas e privadas e comunidades rurais são capazes de aplicar princípios de sustentabilidade para melhor uso dos recursos naturais, conservação da biodiversidade e proteção para o crescimento inclusivo.

Com relação ao Plano Estratégico do PNUD, este projeto está alinhado com as soluções emblemáticas (signature solutions) nº 2: Fortalecer uma governança eficaz, inclusiva e responsável; nº4: Promover soluções baseadas na natureza para um planeta sustentável; nº 6: Fortalecer a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e raparigas.

O projeto alinha-se também com as prioridades regionais da África apoiando a cooperação sul-sul e, ao ajudar a transformar a governança no continente, aumenta o espaço para a participação política.

Este projeto é em si próprio uma atividade que pretende por acima de tudo alinhar uma visão estratégica com os ODS. Com esta pequena intervenção é esperado que o país avance na consecução dos seguintes ODS:

Objetivo 1. Erradicar a pobreza em todas as suas formas em todos os lugares

Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos

Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos

Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade

Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Sempre em coordenação com Escritório da Coordenação da ONU em São Tomé e Príncipe, o projeto contará com assistência técnica da ONU-Habitat, agência presente na Ilha desde 2017 através dum projeto de reassentamento de uma população de uns 700 habitantes. O conhecimento do terreno assim como a expertise da UN Habitat na liderança de processos participativos para a definição de estratégias e planos é uma mais valia ao serviço do projeto que beneficiará às populações do Príncipe. A UN Habitat será responsável operacional pela finalização do PRÍNCIPE2030.

III. RESULTS AND PARTNERSHIPS (1.5 - 5 PAGES RECOMMENDED)

Expected Results

- *The text under this heading should translate the strategy above into the work we will do through the project. Describe the planned interventions of the project and explain why those interventions are best suited to achieve the intended results, linking this to the theory of change. State what change we expect to see that will be attributable to the project. Expected development change should be included in the results framework and monitored regularly by the project. Link the expected results to the relevant higher level results (i.e., programme outcome, UNDAF, Strategic Plan.)*

O presente projeto visa **fortalecer a Região Autónoma do Príncipe como líder de cooperação para o desenvolvimento através do apoio de diferentes parcerias com os principais actores**. Como referido anteriormente, o projeto inclui três resultados (R), complementares, alinhados e interligados entre si, nomeadamente R1) a finalização, aprovação e adoção do Plano de Desenvolvimento da Região Autónoma de Príncipe - PRINCIPE2030; R2) a definição do Programa Conjunto das Nações Unidas denominado “Nações Unidas no Príncipe”; e R3) a implementação de duas iniciativas de rápida execução e grande impacto para a população na Ilha de Príncipe.

O detalhe das atividades a serem realizadas para o cumprimento dos resultados acima é apresentado abaixo.

R1. Finalização, aprovação e adoção do Plano de Desenvolvimento da Região Autónoma de Príncipe - PRINCIPE2030. A atualização e elaboração final do PRINCIPE2030 já foi iniciada com

um workshop técnico organizado pela ONU-Habitat, liderado pela Coordenação da ONU e participação das agências residentes e não-residentes em Novembro de 2018. O PRINCIPE2030 será finalizado com a condução de consultas públicas para validação. O documento final resultante das consultas públicas e de uma revisão técnica final será submetido à Assembleia Regional para aprovação e terá formato de Lei, cuja elaboração também será propiciada pelo projeto através de uma consultoria jurídica nacional. A assistência técnica da UN-Habitat será disponibilizada durante o período necessário para as consultas e a revisão técnica final assim como para apoiar o Governo Regional até a aprovação do Plano pela Assembleia Regional. O PRINCIPE2030 incluirá um plano de investimentos, um plano de Seguimento e Avaliação dos resultados e da sua contribuição aos ODS e uma estratégia de mobilização de recursos. Em paralelo, será desenhada e implementada uma estratégia de comunicação para divulgar o conteúdo do PRINCIPE2030 no seio da população regional e nacional assim como junto da comunidade internacional e doadores. A Estratégia incluirá o desenho e a impressão de material de comunicação.

R2. Definição do Programa Conjunto das Nações Unidas denominado “Nações Unidas no Príncipe”. Uma vez com o PRÍNCIPE2030 esteja aprovado, será necessário definir o programa conjunto do SNU “Nações Unidas no Príncipe”. A liderança institucional para a definição deste programa estará sob a égide da Coordenadora Residente. O PNUD desenvolverá uma estratégia de apoio à Coordenação do SNU que propiciará o contacto com as Agências do SNU que operam em São Tomé e Príncipe e o seu envolvimento no processo de desenvolvimento da Região Autónoma de Príncipe. Com base nas expertises e disponibilidade de recursos financeiros de cada agência, as prioridades estratégicas identificadas no PRINCIPE2030, bem como no UNDAF 2017-2021, sob a liderança e orientação do Governo Regional, as agências residentes e não residentes definirão os seus programas para o período 2020-2025. O Programa “Nações Unidas no Príncipe” incluirá um cronograma e um plano de Seguimento e Avaliação dos resultados alcançados e da sua contribuição aos ODS, em conformidade com o UNDAF 2017-2021. Uma Estratégia de Mobilização de Recursos abrangente e inovadora estará também incluída neste resultado.

RE 3. Implementação de duas iniciativas de rápida execução e grande impacto para a população na Ilha de Príncipe. Para dar início ao Programa Conjunto da ONU para o Desenvolvimento Sustentável da Ilha do Príncipe, foram identificadas duas atividades consideradas para implementação imediata, fomentando o apoio da população e do Governo Regional, atraindo o interesse de outros possíveis parceiros e doadores. Como referido anteriormente, as duas atividades são i) a implementação de um sistema de gestão de resíduos baseada na separação domiciliar de frações de resíduos que podem ser recicladas ou reutilizadas localmente e ii) a capacitação para a gestão do desenvolvimento sustentável de quadros técnicos de vários níveis da administração pública regional. Em efeito, a gestão sustentável de resíduos em pequenas ilhas reveste-se de dificuldades acrescidas por várias causas, nomeadamente a escassez de meios para recolha ou o reduzido volume de resíduos produzido que dificilmente viabiliza qualquer atividade de reciclagem. Porém, no caso da Ilha de Príncipe, onde a recolha abrange apenas ao 25% da população, o Governo manifesta um elevado interesse em dar resposta a esta problemática, decorrente da visão estratégica para a Ilha, Reserva da Biosfera e em vias de se converter num destino de turismo responsável. Já existem atividades em curso tanto pelo Governo como por alguns operadores privados e da sociedade civil que permitiram tirar conclusões sobre a potencialidade de reciclar algumas frações das 1.088 toneladas/ano de resíduos produzidos pela população. Em particular, uma cooperativa de mulheres geriu de 2015 a 2018 uma estação de compostagem construída pelo Governo Regional, que permitia aproveitar a fração orgânica (43% do resíduo produzido) com bastante sucesso; a fração vidro (4,64%) poderá ser transformada por operadores privados em areia para reutilizar em diferentes soluções construtivas através de uma

máquina trituradora propriedade do Governo Regional, tal como acontece na Ilha de São Tomé. Os plásticos (4,85%) poderão ser reciclados e transformados em soluções construtivas, com base na experiência exitosa levada a cabo pela empresa HBD nos últimos anos. A abordagem à gestão integrada de resíduos é associada ao conceito de economia verde que incorpora a dimensão económica e inclusiva a proteção ambiental. Assim, a gestão de resíduos na Ilha de Príncipe poderá criar emprego para alguns segmentos da população de baixo nível económico que prestarão serviços de recolha e reciclagem.

No que diz respeito à capacitação para a gestão sustentável do desenvolvimento, pretende-se colmatar uma lacuna que tem afetado e limitado do processo de crescimento e progresso do Príncipe, que é a falta de suficientes quadros técnicos capazes de atrair mais investimentos de fundos públicos e privados assim como gerir com sucesso os projetos que podem advir desses investimentos. A capacitação focalizará os quadros da administração pública regional a vários níveis, desde os Secretários Regionais que equivalem a ministros regionais até funcionários de nível administrativo, passando por diretores e quadros técnicos, pois entende-se que toda a administração deverá ter a mesma visão e capacidades complementares para melhor gerirem o progresso. Esta administração regional será a máxima responsável pela gestão do Plano PRINCIPE2030.

Resources Required to Achieve the Expected Results

- *Describe what resources are required to achieve the expected results. Thinking about the change pathway in your theory of change, state the key inputs (people, purchases, partnerships, etc.) that are required to deliver the outputs. This should include UNDP staff time from the country, region or HQ level, which must be adequately estimated, costed, and included in the project budget.*

Sob a liderança da Coordenadora do Sistema das NU, o projeto será gerido na modalidade DIM do PNUD e contará com a assistência técnica da UNHabitat, com escritório na Ilha de Príncipe, que reportará diretamente ao PNUD. Todo o relacionamento com o RBA será feito pelo PNUD. O Governo Regional designará uma equipa local de gestão e seguimento do processo para garantir apropriação e alinhamento e facilitar a comunicação com as autoridades regionais. Esta equipa poderá ser denominado “Comité PRINCIPE2030”

Para o RE1, os recursos necessários para a finalização do documento incluem a realização de workshops comunitários para validação do PRINCIPE2030, a criação de uma plataforma on-line para a participação de população na Diáspora e a contratação de uma consultoria internacional para a revisão técnica do plano, incluindo todos os anexos tais como o cronograma, o plano de investimentos, o plano de monitoramento e avaliação e a estratégia de mobilização de recursos. Para a validação do PRINCIPE2030 pela Assembleia Regional será necessário a redação do texto legal que acompanhará o processo de aprovação, que será feita com recurso a uma consultoria jurídica nacional. Após aprovação, se levará a cabo a edição gráfica para publicação do Plano. Em paralelo, será desenhada e implementada uma estratégia de comunicação para divulgar o conteúdo do PRINCIPE2030 no seio da população regional e nacional assim como junto da comunidade internacional e doadores. A Estratégia incluirá o desenho e a impressão de material de comunicação.

Para o RE2, se contratará uma consultoria nacional que, com o apoio metodológico e logístico do Escritório da Coordenação, liderará o processo de definição do programa conjunto “Nações Unidas no Príncipe”. Tendo como pano de fundo o PRINCIPE2030 e o estabelecimento de prioridades pelo Governo Regional, as diferentes agências do SNU se posicionarão conforme a expertise, mandato e disponibilidade de recursos de cada uma delas. O consultor garantirá a redação atempada do programa conjunto e de todos os documentos associados, isto é, o cronograma, o

mapa de investimentos, o plano de monitoramento e avaliação e a estratégia de mobilização de recursos.

Para o RE3, o PNUD trabalhará conjuntamente com o Governo Regional para a identificação de assistência técnica especializada que apoie no desenvolvimento e implementação das duas atividades selecionadas. Para a área de gestão de resíduos, é esperado que a assistência técnica permaneça na Ilha o tempo necessário para desenvolver, monitorar e ajustar os processos que se iniciem com este projeto, assim como para identificar as tecnologias mais adequadas para a reciclagem das diferentes frações de resíduos e organizar um sistema de gestão duradouro e sustentável com base no contexto regional (pessoal de salubridade, recursos financeiros e técnicos, infraestruturas).

No que diz respeito à capacitação, far-se-á recurso a assistência técnica especializada em programas de reforço de capacidades da administração pública. Será organizado um programa de formação que tenha em conta igualmente o contexto local, as capacidades de base e as funções dos diferentes membros da administração regional face à implementação do plano PRINCIPE2030.

Partnerships

- *Describe how the project will work with partners to achieve results and briefly map what other stakeholders and initiatives are doing to address the development challenge. This should not be simply a list of partners, it should be linked to the theory of change. For example, what are the assumptions and expected results achieved by partners that are critical for the achievement of results of this project?*

O projeto ambiciona trabalhar sob a coordenação principal do Governo Regional e envolver a sociedade civil presente na região (ONGs, associações e sector privado) cuja participação tem sido notável desde o primeiro atelier que deu origem ao draft do PRINCIPE2030. As agências do SNU também presentes no referido atelier renovarão o seu envolvimento através da participação da definição do programa conjunto “Nações Unidas no Príncipe” sob liderança institucional da Coordenadora Residente do SNU em São Tomé e Príncipe. Mais especificamente, os principais atores cujo envolvimento será essencial à boa implementação deste projeto estão referenciados na tabela a seguir onde se indica o papel asignado a cada um:

Parceiro	Papel	Parte do Comité PRINCIPE2030”
Presidência	Co-liderança, adesão política	x
Direção Regional de Planeamento	Alinhamento com outros setores	x
Assembleia Regional	Contributos, adesão política, aprovação	x
Secretaria Regional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	Suporte técnico e contributos	x
Departamento Regional de Obras Públicas, Urbanismo e Ordenamento do Território		x
Direção Regional de Ambiente e Conservação da Natureza	Suporte técnico e contributos	x
Departamento da Floresta e Biodiversidade	Suporte técnico e contributos	x
Departamento da Reserva da Biosfera e Parque Natural		x

Departamento de Ambiente e Recursos Naturais		x
Secretaria Regional de Educação, Saúde e Inclusão Social	Suporte técnico e contributos	x
Secretaria Regional de Economia e Cultura	Suporte técnico e contributos	x
Secretaria das Finanças e Administração Pública	Suporte técnico na gestão dos recursos	X
Setor privado (empresas turísticas)	Contributos, financiamento adicional	
Sociedade civil (Fundação Príncipe, OIKOS, Birdlife, TESE, ALISEI, MARAPA, associações de mulheres e jovens)	Participação, contributos, endosso	X
Agências do SNU	Participação, contributos, endosso	

Risks and Assumptions

- *Specify the key risks that can threaten the achievement of results through the chosen strategy and the assumptions on which the project results depends. Describe how project risks will be mitigated, especially how potential adverse social and environmental impacts will be avoided where possible and otherwise managed. Refer to the full risk log, which should be attached as an annex.*

Os principais riscos que podem afetar ao projeto são indicados na tabela a seguir junto com a proposta medida de mitigação:

RISCO	PROBABILIDADE	MEDIDA DE MITIGAÇÃO
Fraca Adesão política: a finalização, validação e promulgação do Plano PRINCIPE2030 depende do suficiente envolvimento e comprometimento político do Governo e da Assembleia da R.A. do Príncipe	BAIXA	Envolvimento permanente das autoridades Regionais (Presidente do Governo, Presidente da Assembleia, comissões políticas, Secretário de Finanças e Diretor de Planificação)
Apropriação: o Plano deve ser apropriado plenamente pela Administração Pública Regional e pelos cidadãos. Apenas com uma visão comum da maior parte de atores da região será possível a implementação exitosa do Plano PRINCIPE2030	MEDIA	Definir, em paralelo com a elaboração do Plano, uma forte campanha de comunicação que abranja a todos os níveis da administração e da população, que promova uma visão única onde todos se revejam e todos defendam.
Falta de envolvimento das agências do SNU: o alinhamento de agendas e objectivos entre as diferentes agências nem sempre é	MEDIA	Engajar à Coordenadora Residente e ao seu equipo para que, com o mandato que lhe foi outorgado pelo SG, promova a coordenação

um caminho linear. A disponibilidade de recursos no meio do ciclo de programação constitui uma variável que poderá constituir um impedimento à participação substancial das agências		interação e mobilize recursos adicionais para a implementação do programa conjunto
Assistência Técnica para a gestão de resíduos e para a capacitação da Administração Regional: o contexto de Príncipe é particular devido a pequenez e à escassez de recursos humanos capacitados, financeiros e técnicos	MEDIA	O processo de elaboração dos TDR que levará à seleção das Assistências Técnicas deverá ser levado a cabo cuidadosamente e com grande envolvimento das partes interessadas.
Aderência da população ao sistema de gestão de resíduos: os habitantes beneficiados deverão entender as razões pelas que é importante melhorar a gestão dos resíduos para garantir a sua colaboração.	MEDIA/ALTA	Através de comunicação educação ambiental dirigida a todas as camadas da população e levada a cabo por profissionais, trazendo a questão da sustentabilidade como uma ponte entre o crescimento econômico e social com harmonia ecológica

Stakeholder Engagement

- *Identify key stakeholders and outline a strategy to ensure stakeholders are engaged throughout, including:*
 - *Target Groups: Identify the targeted groups that are the intended beneficiaries of the project. What strategy will the project take to identify and engage targeted groups?*
 - *Other Potentially Affected Groups: Identify potentially affected people and a strategy for engagement and ensuring they have access to and are aware of mechanisms to submit concerns about the social and environmental impacts of a project (e.g. UNDP's Social and Environmental Compliance Review and Stakeholder Response Mechanism).*

Os principais *target groups* que foram identificados nesta intervenção são:

Quadros superiores, médios e administrativos da Administração Regional: este grupo beneficiará da capacitação para a gestão do processo de desenvolvimento. A sua participação é fundamental para a boa implementação do projeto e do plano PRINCIPE2030. Foram engajados desde a primeira fase da atualização dos planos existentes e continuam a ser engajados no processo de validação e finalização do mesmo.

Habitantes dos centros urbanos e rurais: este grupo beneficiará de uma melhoria nas condições de higiene do meio o que permitirá uma melhoria nos indicadores de saúde pública associados a doenças respiratórias e doenças de origem hídrica, de elevada incidência na Região. O potencial gerador de empregos verdes associado à gestão de resíduos poderá criar postos de emprego pouco qualificado para habitantes da ilha onde o desemprego atinge 44%². Este grupo será

² Dados incluem população desempregada + população inativa segundo o recenseamento geral da população 2012 (últimos dados disponíveis)

envolvido pelos responsáveis pela implementação do sistema de gestão de resíduos através de campanhas de informação e sensibilização.

Crianças e jovens: o projeto concederá especial atenção a este grupo alvo, pois são eles os beneficiários mais diretos dos impactos e frutos produzidos pelos projetos em curso e especificamente do plano PRINCIPE2030. Os jovens participaram no atelier de atualização do plano de desenvolvimento que dará origem à versão final do PRINCIPE2030. Este projeto envolverá aos jovens ativamente na elaboração das campanhas de comunicação sobre o PRINCIPE2030, permitindo que se sintam atores principais do processo de desenvolvimento, se apropriem das dinâmicas e sejam multiplicadores através dos meios próprios que são utilizados por eles. O poder transformador das crianças será alavancado através de um programa de educação ambiental a ser levado a cabo em todas as escolas da região.

Mulheres: este grupo poderá beneficiar dos empregos verdes produzidos pelo novo sistema de gestão de resíduos pois já existem experiências anteriores de uma associação de mulheres que recicla vidro e resíduos orgânicos. O projeto incentivará ações que estimulem as mulheres a buscar alternativas de geração de renda. Adicionalmente, a comunicação e ações de sensibilização com as mulheres terá um efeito multiplicador na educação ambiental dos filhos e filhas.

South-South and Triangular Cooperation (SSC/TrC)

- *Describe how the project intends to use SSC/TrC to achieve and sustain results, if applicable.*

n.a.

Knowledge

- *Describe any specific knowledge products, besides evaluations, that will be produced by the project (e.g., publications, databases, media products, etc.) and how the project will create visibility for knowledge and lessons learned generated by the project so others can benefit.*

O Plano PRÍNCIPE2030, que alinha o Plano Regional às agendas globais, em especial a Agenda 2030, será publicado e divulgado após sua aprovação pela Assembleia Regional, e servirá de base para a aceleração da Agenda 2030 em outros contextos da região e do continente.

Um relatório sobre o processo de elaboração do plano será redigido para mostrar o poder catalisador da união entre a população e a liderança dum pequeno território insular em torno a uma visão comum que zela pela sustentabilidade do processo de desenvolvimento. Com base neste relatório se produzirão peças de notícias para publicação nos sites relevantes do SNU.

O plano incluirá uma estratégia de comunicação transversal que produzirá materiais e documentais para divulgação, assentes em princípios de participação e inclusão.

Na sequência da avaliação final do projeto, cujos resultados serão partilhados entre todas as partes envolvidas será produzido um documentário audiovisual que espelhará os principais elementos do processo e as lições tiradas e que possa beneficiar a outros contextos similares.

Sustainability and Scaling Up

- *Describe how the project will use relevant national systems, and specify the transition arrangement to sustain and/or scale-up results, as relevant. Describe how national capacities will be strengthened and monitored as relevant, and how national ownership will be ensured.*

Este projeto resulta de um processo altamente participativo, onde as forças vivas da região foram chamadas em novembro de 2018 para, em conjunto com as agências do SNU, identificar a visão

comum e os ODS mais relevantes para o desenvolvimento da ilha na próxima década. Posteriormente, as consultas públicas realizadas no território regional e através duma plataforma digital garantem a disseminação da visão e o alinhamento com as expectativas dos cidadãos e do governo. O grupo de gestão denominado “Comité PRINCIPE2030” teve um papel fundamental na decisão das atividades do R4, sendo que foram eles que inteiramente definiram as duas atividades de alto impacto e implementação imediata que serão implementadas nomeadamente o sistema de gestão de resíduos e a capacitação para a gestão do desenvolvimento dos quadros e funcionários da administração regional.

Esta capacitação e a experiência adquirida durante a gestão do sistema de resíduos, permitirá que o governo regional alcance níveis superiores de destreza na gestão da coisa pública que lhes permita ser mais capazes de coordenar a implementação do PRINCIPE2030. A função de monitoramento, reporting e verificação (MRV) tanto do PRINCIPE2030 como do programa conjunto será da inteira responsabilidade do governo regional, que com o apoio do PNUD e as outras agências do SNU criará uma sólida capacidade regional para a gestão do desenvolvimento.

IV. PROJECT MANAGEMENT (1/2 PAGES - 2 PAGES RECOMMENDED)

Cost Efficiency and Effectiveness

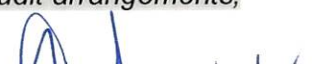
- *Identify how the strategy is expected to deliver maximum results with available resources, with reference to evidence on similar approaches in this country or similar contexts. Include measures based on good practices and lessons learned. Explain why the selected pathway is the most efficient and effective of available options. Possible approaches can include:*
 - i) *Using the theory of change analysis to explore different options to achieve the maximum results with available resources*
 - ii) *Using a portfolio management approach to improve cost effectiveness by leveraging activities and partnerships with other initiatives/projects*
 - iii) *Through joint operations (e.g., monitoring or procurement) with other partners.*

O plano PRINCIPE2030 e o programa conjunto “Nações Unidas no Príncipe” outorgará á Região uma oportunidade única de crescimento económico e social inclusivo e sustentável. Estes dois documentos estratégicos permitirão ao governo regional mobilizar os recursos necessários para a consecução do seu processo de desenvolvimento. Por outro lado, o programa conjunto “Nações Unidas no Príncipe” terá um efeito demonstrador da utilidade da coordenação entre as agências do SNU que poderá trazer novos programas para o Príncipe e para o país em geral. O envolvimento de outros parceiros será facilitado pelo facto do Governo dispor de um documento bem elaborado que reflete a visão para a década a vir, que mostre claramente um plano de investimentos orientador para as políticas públicas que o governo deverá empreender para a próxima década.

Durante a definição do programa conjunto, serão alavancadas as ações em curso de outros doadores, organizações da sociedade civil e do setor privado. A dimensão da ilha permite com facilidade aglutinar os esforços e produzir um programa que construa sobre intervenções em curso para as complementar em prol da melhoria de vida dos cerca de 9000 habitantes da região.

Project Management

Information on the location(s) where the project will be operationalized, the number and location of physical project offices, arrangements for dedicated or shared operations support, how the project will work with other projects, etc. In this section, also describe the audit arrangements,



collaborative arrangements with related projects and UNDP Direct Country Office Support Services and direct project costing, if applicable.

O R1 do projeto será operacionalizado na Ilha do Príncipe, que permitirá que o governo conte com a assistência técnica da UN Habitat, parceira de implementação do PNUD para este resultado. A UN Habitat dispõe duma equipa permanente no Príncipe está bem posicionada como parceiro de desenvolvimento na ilha porque desde 2017 implementa um projeto de reassentamento sustentável. A Coordenadora Residente, líder do processo e guardiã da Agenda 2030 em STP, lidera pessoalmente a iniciativa e será o garante do seu sucesso.

O PNUD implementará através da modalidade DIM e com recurso a assistência técnica especializada os R2 e R3. O PNUD é encarregue de assegurar a qualidade do ciclo do projeto (quality assurance) e de garantir a consecução dos resultados previstos.

O Governo Regional nomeará o Comité PRINCIPE2030 para garantir o alinhamento permanente do plano, a comunicação direta com as autoridades regionais, a apropriação do processo e a perenização dos resultados.



V. RESULTS FRAMEWORK³

Intended Outcome as stated in the UNDAF/Country Programme Results and Resource Framework:

Resultado Estratégico 1: Fortalecer a coesão social por meio do acesso a serviços sociais básicos de qualidade, com o objetivo de reduzir a desigualdade e a disparidade entre os cidadãos e as localidades

Outcome indicators as stated in the Country Programme Results and Resources Framework, including baseline and targets:

Índice de desenvolvimento de género

Base: 0,891 (2015); Meta: 0,950 (2021)

Applicable Output(s) from the UNDP Strategic Plan:

"Keeping people out of poverty" (Signature 1), by supporting the development and implementation of the Development Plan for Príncipe. It will also focus on "Strengthening effective, inclusive and accountable governance" (Signature 2), and "Promoting nature-based solutions for a sustainable planet" (Signature 4).

Project title and Atlas Project Number:

Coordenação, Facilitação e Lançamento do Programa Conjunto das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável da Ilha do Príncipe

EXPECTED OUTPUTS	OUTPUT INDICATORS ⁴	DATA SOURCE	BASELINE		TARGETS (by frequency of data collection)					DATA COLLECTION METHODS & RISKS		
			Value	Year	Year 1	Year 2	Year 3	Year 4	Year ...		FINAL	
Output 1 <i>Plano de Desenvolvimento para a Região Autónoma do Príncipe, alinhado com a Agenda 2030/Objetivos de Desenvolvimento</i>	1.1 <i>Plano de Desenvolvimento Regional atualizado e alinhado com a Agenda 2030 e outras agendas globais (Samoa, Sendai, Africa 2063, Agenda Urbana)</i>	Governo da R.A. de Príncipe	0	2018	1							Lei regional aprovada

³

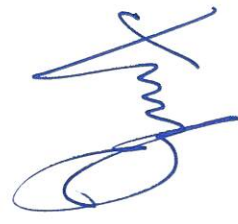
UNDP publishes its project information (indicators, baselines, targets and results) to meet the International Aid Transparency Initiative (IATI) standards. Make sure that indicators are S.M.A.R.T. (Specific, Measurable, Attainable, Relevant and Time-bound), provide accurate baselines and targets underpinned by reliable evidence and data, and avoid acronyms so that external audience clearly understand the results of the project.

⁴ It is recommended that projects use output indicators from the Strategic Plan IRRF, as relevant, in addition to project-specific results indicators. Indicators should be disaggregated by sex or for other targeted groups where relevant.

Intended Outcome as stated in the UNDAF/Country Programme Results and Resource Framework:

Resultado Estratégico 1: Fortalecer a coesão social por meio do acesso a serviços sociais básicos de qualidade, com o objetivo de reduzir a desigualdade e a disparidade entre os cidadãos e as localidades

<p>Sustentável (ODS) e a Agenda 2063, é aprovado</p>	<p>1.2 Um cronograma, um plano de investimentos e uma estratégia de mobilização de recursos do plano de desenvolvimento produzidos</p>	RCO	0	2018	1						Não aplicável
<p>Output 2 Programa Conjunto do SNU em conformidade com o Plano de Desenvolvimento do Príncipe finalizado.</p>	<p>2.1 Programa conjunto aprovado que inclui pelo menos 5 agências do SNU em STP 2.2 Um cronograma de execução, um plano de investimentos e um plano de seguimento e avaliação produzidos</p>	RCO	0	2018	1					1	Não aplicável




<p>Output 3 Atividades de impacto imediato (quick wins) para lançar o Programa Conjunto da ONU para o Príncipe são implementadas</p>	<p>3.1 % da população do Príncipe abrangida pela recolha de resíduos 3.2 Nº de frações de resíduos ou em processo de valorização 3.3 Nº de quadros e funcionários da administração regional atingidos pelo programa de capacitação</p>		0	2018	2					1	Verificação in loco
--	---	--	---	------	---	--	--	--	--	---	---------------------

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

VI. MONITORING AND EVALUATION

In accordance with UNDP's programming policies and procedures, the project will be monitored through the following monitoring and evaluation plans: *[Note: monitoring and evaluation plans should be adapted to project context, as needed]*

Monitoring Plan

Monitoring Activity	Purpose	Frequency	Expected Action	Partners (if joint)	Cost (if any)
Track results progress	Progress data against the results indicators in the RRF will be collected and analysed to assess the progress of the project in achieving the agreed outputs.	Annually	Slower than expected progress will be addressed by project management.		
Monitor and Manage Risk	Identify specific risks that may threaten achievement of intended results. Identify and monitor risk management actions using a risk log. This includes monitoring measures and plans that may have been required as per UNDP's Social and Environmental Standards. Audits will be conducted in accordance with UNDP's audit policy to manage financial risk.	Bi-annually	Risks are identified by project management and actions are taken to manage risk. The risk log is actively maintained to keep track of identified risks and actions taken.		
Learn	Knowledge, good practices and lessons will be captured regularly, as well as actively sourced from other projects and partners and integrated back into the project.	Bi-annually	Relevant lessons are captured by the project team and used to inform management decisions.		
Annual Project Quality Assurance	The quality of the project will be assessed against UNDP's quality standards to identify project strengths and weaknesses and to inform management decision making to improve the project.	Project start and end	Areas of strength and weakness will be reviewed by project management and used to inform decisions to improve project performance.		

<p>Review and Make Course Corrections</p>	<p>Internal review of data and evidence from all monitoring actions to inform decision making.</p>	<p>Bi-annually</p>	<p>Performance data, risks, lessons and quality will be discussed by the project board and used to make course corrections.</p>		
--	--	--------------------	---	--	--

MFA

Project Report	A progress report will be presented to the Project Board and key stakeholders, consisting of progress data showing the results achieved against pre-defined annual targets at the output level, the annual project quality rating summary, an updated risk long with mitigation measures, and any evaluation or review reports prepared over the period.	At the end of the project (final report)			
Project Review (Project Board)	The project's governance mechanism (i.e., project board) will hold regular project reviews to assess the performance of the project and review the Multi-Year Work Plan to ensure realistic budgeting over the life of the project. In the project's final year, the Project Board shall hold an end-of project review to capture lessons learned and discuss opportunities for scaling up and to socialize project results and lessons learned with relevant audiences.	Annually	Any quality concerns or slower than expected progress should be discussed by the project board and management actions agreed to address the issues identified.		

Evaluation Plan⁵

Evaluation Title	Partners (if joint)	Related Strategic Plan Output	UNDAF/CPD Outcome	Planned Completion Date	Key Evaluation Stakeholders	Cost and Source of Funding
e.g., Mid-Term Evaluation						



⁵ Optional, if needed

VII. MULTI-YEAR WORK PLAN ⁶⁷

All anticipated programmatic and operational costs to support the project, including development effectiveness and implementation support arrangements, need to be identified, estimated and fully costed in the project budget under the relevant output(s). This includes activities that directly support the project, such as communication, human resources, procurement, finance, audit, policy advisory, quality assurance, reporting, management, etc. All services which are directly related to the project need to be disclosed transparently in the project document.

EXPECTED OUTPUTS	PLANNED ACTIVITIES	Planned Budget by Year (USD)				RESPONSIBLE PARTY	PLANNED BUDGET (USD)		
		Y1	Y2	Y3	Y4		Funding Source	Budget Description	Amount
Output 1: O Plano de Desenvolvimento para a Região Autónoma do Príncipe, alinhado com a Agenda 2030, os ODS e a Agenda 2063, é aprovado <i>Gender marker: 2a</i>	1.1 Consultas públicas	3 000				UN-Habitat	PNUD	TRAC2	3 000
	1.2 Revisão técnica e financeira	25 000				UN-Habitat	PNUD	TRAC2	25 000
	1.3 Elaboração dos documentos finais (plano, plano investimentos, cronograma, plano M&E, estratégia de mobilização de recursos)	20 000				UN-Habitat	PNUD	TRAC2	20 000
	1.4 Elaboração da estratégia de comunicação e materiais associados	15 000				UN-Habitat	PNUD	TRAC2	15 000
	1.4 Elaboração da Lei de relativa ao Plano	7 000				UN-Habitat	PNUD	TRAC2	7 000
	1.5 Suporte na aprovação da lei relativa ao plano	2 000				UN-Habitat	PNUD	TRAC2	2 000
1.6 Publicação do documento final e materiais e comunicação	5 000				RCO/PNUD/ UN-Habitat	PNUD	TRAC2	5 000	

6

Cost definitions and classifications for programme and development effectiveness costs to be charged to the project are defined in the Executive Board decision DP/2010/32

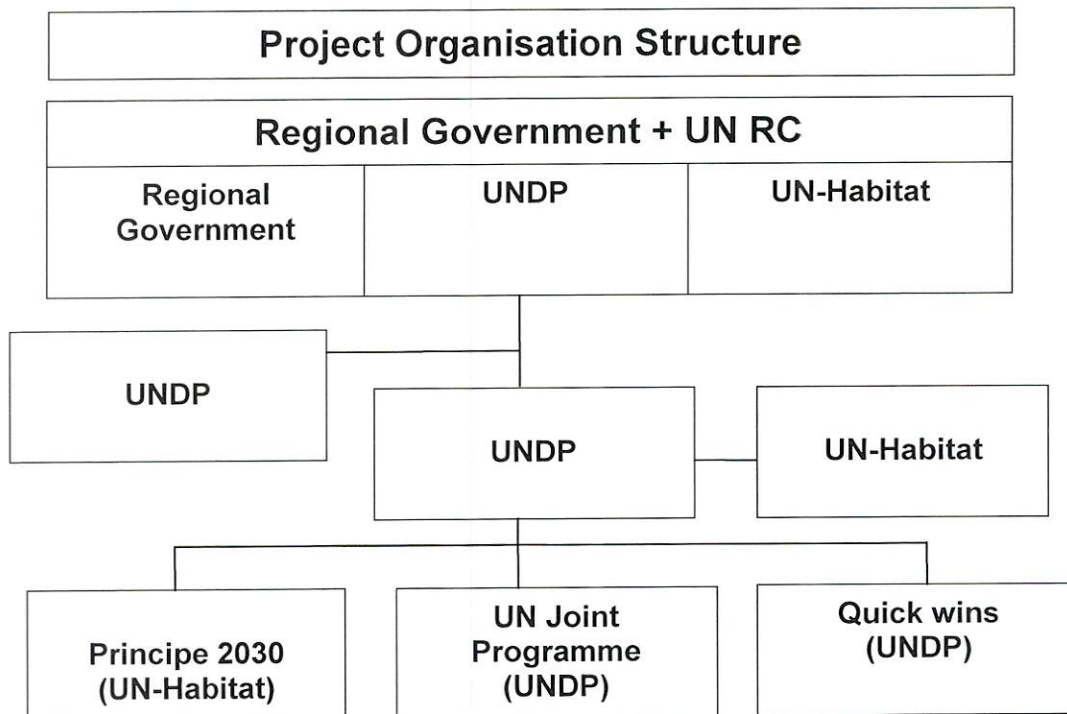
7 Changes to a project budget affecting the scope (outputs), completion date, or total estimated project costs require a formal budget revision that must be signed by the project board. In other cases, the UNDP programme manager alone may sign the revision provided the other signatories have no objection. This procedure may be applied for example when the purpose of the revision is only to re-phase activities among years

	MONITORING	3 000				GRAP	PNUD	TRAC2	3 000	
Output 2: O Programa Conjunto da ONU em conformidade com o Plano de Desenvolvimento do Príncipe é coordenado e finalizado <i>Gender marker: 2a</i>	Sub-Total for Output 1									
	2.1 Finalização do Programa Conjunto "Nações Unidas no Príncipe" incluindo cronograma, plano de investimentos e plano de M&E	12 000				PNUD	PNUD	TRAC2	12 000	
	2.2. Workshop, logistics	2 000				PNUD	PNUD	TRAC2	2 000	
	2.3 Travel	1 200				PNUD	PNUD	TRAC2	1 200	
	Sub-Total for Output 2									
Output 3: Atividades quick win para lançar o Programa Conjunto da ONU para o Príncipe são implementadas <i>Gender marker: 2b</i>	3.1 Assistência Técnica internacional para a implementação do sistema de gestão de resíduos	30 000				PNUD	PNUD	TRAC2	30 000	
	3.2 Sensibilização e comunicação	15 000				PNUD	PNUD	TRAC3	15 000	
	3.3 Assistência técnica internacional para a capacitação da administração regional	30 000				PNUD	PNUD	TRAC2	30 000	
	3.4 Materiais e equipamentos	60 000				PNUD	PNUD	TRAC2	60 000	
	3.5 Infraestruturas	20 000				PNUD	PNUD	TRAC2	20 000	
	3.6 Assistência Técnica Nacional	15 000				GRAP	PNUD	TRAC2	15 000	
		Sub-Total for Output 4								
Evaluation		14 800				PNUD	PNUD	TRAC2	14 800	
Monitoring		15 000				PNUD	PNUD	TRAC3	15 000	
DPC		5 000				PNUD	PNUD	TRAC2	5 000	
	Sub-Total for Management output									
TOTAL									300.000	

VIII. GOVERNANCE AND MANAGEMENT ARRANGEMENTS

Explain the roles and responsibilities of the parties involved in governing and managing the project. While an example diagram is below, it is not required to follow this diagram exactly. A project can be jointly governed with other projects, for example, through a national steering sub-committee linked to Results Groups under the UNDG Standard Operating Procedures for countries adopting the Delivering as One approach.

Minimum requirements for a project's governance arrangements include stakeholder representation (i.e., UNDP, national partners, beneficiary representatives, donors, etc.) with authority to make decisions regarding the project. Describe how target groups will be engaged in decision making for the project, to ensure their voice and participation. The project's management arrangements must include, at minimum, a project manager and project assurance that advises the project governance mechanism. This section should specify the minimum frequency the governance mechanism will convene (i.e., at least annually.)



I. LEGAL CONTEXT

This project document shall be the instrument referred to as such in Article 1 of the Standard Basic Assistance Agreement between the Government of (country) and UNDP, signed on (date). All references in the SBAA to “Executing Agency” shall be deemed to refer to “Implementing Partner.”

This project will be implemented by UNDP in accordance with its financial regulations, rules, practices and procedures only to the extent that they do not contravene the principles of the Financial Regulations and Rules of UNDP. Where the financial governance of an Implementing Partner does not provide the required guidance to ensure best value for money, fairness, integrity, transparency, and effective international competition, the financial governance of UNDP shall apply.

II. RISK MANAGEMENT

1. UNDP as the Implementing Partner will comply with the policies, procedures and practices of the United Nations Security Management System (UNSMS.)
2. UNDP as the Implementing Partner will undertake all reasonable efforts to ensure that none of the [project funds]¹ [UNDP funds received pursuant to the Project Document]² are used to provide support to individuals or entities associated with terrorism and that the recipients of any amounts provided by UNDP hereunder do not appear on the list maintained by the Security Council Committee established pursuant to resolution 1267 (1999). The list can be accessed via http://www.un.org/sc/committees/1267/aq_sanctions_list.shtml. This provision must be included in all sub-contracts or sub-agreements entered into under this Project Document.
3. Social and environmental sustainability will be enhanced through application of the UNDP Social and Environmental Standards (<http://www.undp.org/ses>) and related Accountability Mechanism (<http://www.undp.org/secu-srm>).
4. UNDP as the Implementing Partner will: (a) conduct project and programme-related activities in a manner consistent with the UNDP Social and Environmental Standards, (b) implement any management or mitigation plan prepared for the project or programme to comply with such standards, and (c) engage in a constructive and timely manner to address any concerns and complaints raised through the Accountability Mechanism. UNDP will seek to ensure that communities and other project stakeholders are informed of and have access to the Accountability Mechanism.
5. All signatories to the Project Document shall cooperate in good faith with any exercise to evaluate any programme or project-related commitments or compliance with the UNDP Social and Environmental Standards. This includes providing access to project sites, relevant personnel, information, and documentation.
6. UNDP as the Implementing Partner will ensure that the following obligations are binding on each responsible party, subcontractor and sub-recipient:
 - a. Consistent with the Article III of the SBAA, the responsibility for the safety and security of each responsible party, subcontractor and sub-recipient and its personnel and property, and of UNDP’s property in such responsible party’s, subcontractor’s and sub-recipient’s custody, rests with such responsible party, subcontractor and sub-recipient. To this end, each responsible party, subcontractor and sub-recipient shall:
 - i. put in place an appropriate security plan and maintain the security plan, taking into account the security situation in the country where the project is being carried;

¹

To be used where UNDP is the Implementing Partner

²

To be used where the UN, a UN fund/programme or a specialized agency is the Implementing Partner

- ii. assume all risks and liabilities related to such responsible party's, subcontractor's and sub-recipient's security, and the full implementation of the security plan.
- b. UNDP reserves the right to verify whether such a plan is in place, and to suggest modifications to the plan when necessary. Failure to maintain and implement an appropriate security plan as required hereunder shall be deemed a breach of the responsible party's, subcontractor's and sub-recipient's obligations under this Project Document.
- c. Each responsible party, subcontractor and sub-recipient will take appropriate steps to prevent misuse of funds, fraud or corruption, by its officials, consultants, subcontractors and sub-recipients in implementing the project or programme or using the UNDP funds. It will ensure that its financial management, anti-corruption and anti-fraud policies are in place and enforced for all funding received from or through UNDP.
- d. The requirements of the following documents, then in force at the time of signature of the Project Document, apply to each responsible party, subcontractor and sub-recipient: (a) UNDP Policy on Fraud and other Corrupt Practices and (b) UNDP Office of Audit and Investigations Investigation Guidelines. Each responsible party, subcontractor and sub-recipient agrees to the requirements of the above documents, which are an integral part of this Project Document and are available online at www.undp.org.
- e. In the event that an investigation is required, UNDP will conduct investigations relating to any aspect of UNDP programmes and projects. Each responsible party, subcontractor and sub-recipient will provide its full cooperation, including making available personnel, relevant documentation, and granting access to its (and its consultants', subcontractors' and sub-recipients') premises, for such purposes at reasonable times and on reasonable conditions as may be required for the purpose of an investigation. Should there be a limitation in meeting this obligation, UNDP shall consult with it to find a solution.
- f. Each responsible party, subcontractor and sub-recipient will promptly inform UNDP as the Implementing Partner in case of any incidence of inappropriate use of funds, or credible allegation of fraud or corruption with due confidentiality.

Where it becomes aware that a UNDP project or activity, in whole or in part, is the focus of investigation for alleged fraud/corruption, each responsible party, subcontractor and sub-recipient will inform the UNDP Resident Representative/Head of Office, who will promptly inform UNDP's Office of Audit and Investigations (OAI). It will provide regular updates to the head of UNDP in the country and OAI of the status of, and actions relating to, such investigation.

III. ANNEXES

- 1. Risk Analysis.**
- 2. Project Board Terms of Reference and TORs of project manager for component 3**